

Impacto de R\$ 35 bilhões na dívida

Consultoria prevê que alta dos juros fará endividamento subir, apesar da redução verificada em novembro

BRASÍLIA E RIO – A dívida do governo federal em títulos (mobiliária) caiu dos R\$ 632,10 bilhões para R\$ 631,46 bilhões, entre outubro e novembro deste ano. Além disso, o governo conseguiu ampliar ligeiramente o prazo médio de pagamento dos papéis. Segundo cálculos da ABM Consulting, no entanto, a dívida deverá aumentar em R\$ 35 bilhões caso a alta de ontem da taxa Selic, de 22% para 25%, persista ao longo do próximo ano.

Uma nota conjunta divulgada ontem pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central atribui a queda de novembro a uma soma de pagamentos, no período, de R\$ 10,4 bilhões (R\$ 6,7 bilhões se referem à quitação de débitos atrelados ao câmbio). Nesse período, o prazo médio da dívida passou de 32,77 meses para 33 meses.

Para dar maior tranquilidade ao futuro presidente, o coordenador-geral da Dívida Pública do Tesouro, Paulo Valle, afirmou que o atual governo pretende deixar em caixa algo em torno de R\$ 42 bilhões para fazer frente aos

vencimentos de R\$ 42,633 bilhões em dívidas, conforme já havia dito recentemente o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia. Se considerados os títulos emitidos pelo BC, no entanto, os vencimentos atingem R\$ 54,404 bilhões nos três primeiros meses do ano que vem.

Um dos fatores que devem

causar preocupação são os vencimentos da dívida atrelada ao câmbio, que deverão atingir US\$ 11,5 bilhões. Essas dívidas têm sido motivo de pressão na cotação do dólar. Em 12 meses, os vencimentos somam R\$ 250,50 bilhões (39,67% da dívida mobiliária total). Em novembro, este número correspondia a R\$ 253,08 bilhões

O governo conseguiu ampliar o prazo médio de resgate dos papéis



A dívida corrigida pelo índice de preços também segue trajetória de alta devido à inflação. Essa parcela avançou de R\$ 67,50 bilhões (10,68%), em outubro, para R\$ 77,41 bilhões (12,26%) no mês passado. A parcela da dívida atrelada à taxa básica de juros, a Selic, subiu de R\$ 270,95 bilhões (42,86%) em outubro para R\$ 275,57 bilhões (43,64%). Esse montante deverá subir ainda mais nos próximos meses já que ontem o Comitê de Política Monetária do BC decidiu elevar a taxa básica.

Economista da ABM Consulting, Fernando Coelho não só considerou a medida desnecessária, como também inoportuna. A alta, justifica, terá forte impacto sobre a dívida pública, o que deverá contribuir negativamente para a formação de expectativas em relação ao passivo. “A inflação hoje é de custo, e não de demanda”, afirmou Coelho. Um aumento dos juros só se justificaria em caso de alta do consumo. Com a renda em baixa, a realidade do país é outra, na avaliação do economista.